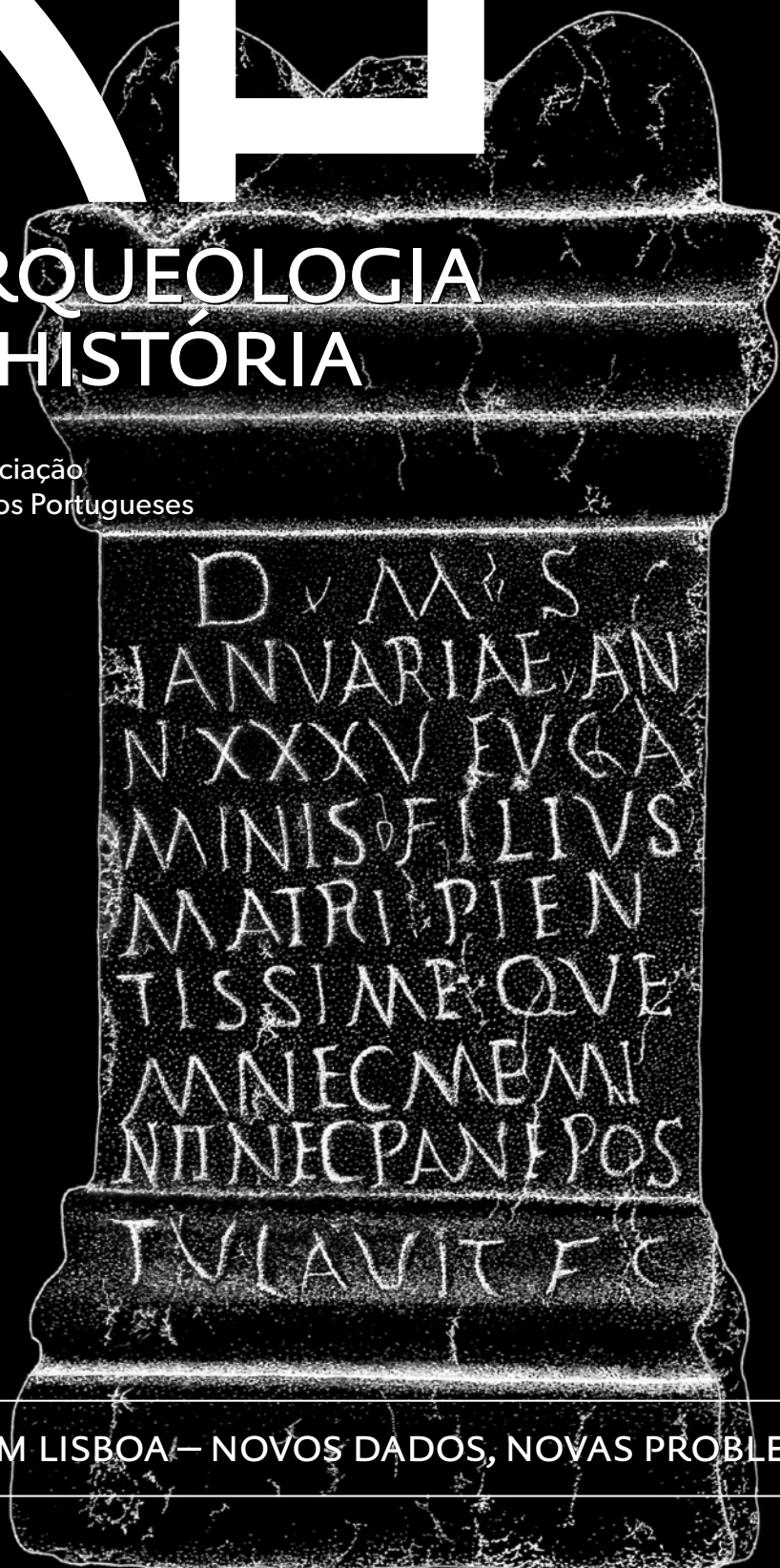


ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 71-72



A MORTE EM LISBOA— NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

71-72

Ano de Edição

2022

Anos Associativos AAP

2019-2020

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Ara funerária romana de Entrecampos (desenho César Neves)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

A MORTE EM LISBOA – NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS

9 A Morte em Lisboa – Novos dados, novas problemáticas

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

13 Morrer em Lisboa. Contextos e contributos arqueológicos

Margarida Ataíde

25 ‘*et sepultus est*’ – A multiplicidade da morte na Necrópole Noroeste de Olisipo

Sílvia Casimiro, Rodrigo Banha da Silva, Francisca Alves Cardoso

35 Biografias na Morte: visitar o Hospital Real de Todos-os-Santos, no séc. XVIII, através das evidências bioarqueológicas

Francisca Alves Cardoso, Sílvia Casimiro, Jennifer Loughton, Rodrigo Banha da Silva, Sandra Assis, Nicholas Marquéz-Grant

45 Os enterramentos do claustro do Convento do Santíssimo Rei Salvador (Santa Maria Maior)

Nathalie Antunes-Ferreira, Nuno Mota

57 Vida e morte das freiras do Convento de Santana

Nathalie Antunes-Ferreira

73 Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa (campanha de 2002-2003)

Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes, Carlos Boavida, Joana Gonçalves

91 As necrópoles da Igreja e Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015)

António Marques, Raquel Santos

105 Enterramentos no Largo do Coreto em Carnide: vestígios do cemitério da Ermida do Espírito Santo

Susana Garcia, Ana Caessa, Nuno Mota

119 Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa

Marina Lourenço, Inês Simão, Lucy Shaw Evangelista, Catarina Furtado

ARTIGOS

133 Novedades de arte rupestre premagdalenense en el centro de la región cantábrica (España)

Ramón Montes Barquín, Roberto Ontañón Peredo

145 A exploração e consumo de laticínios na pré-história europeia: uma abordagem a partir das “queijeiras” do Ocidente Peninsular

Lucas Barrozo

159 O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre a campanha de escavação de 2019

César Neves, José Morais Arnaud, Mariana Diniz, Andrea Martins

185 Um novo epitáfio de *Olisipo*: a ara funerária romana de Entrecampos (Lisboa)

José Morais Arnaud, José d’Encarnação, César Neves

ARTIGOS. DO CARMO A SÃO VICENTE – PARTE II

193 Colóquio de homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira (1943-2014)

Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida

- 195 Do Vicente ao Vencimento, um mosteiro e um convento. Dois contributos para a divulgação de dados histórico-arqueológicos
Carlos Boavida
- 207 Marfins afro-portugueses de São Vicente de Fora (séculos XV-XVI)
Mário Varela Gomes
- 219 Castidade ou penitência? O “cinto” em ferro do Mosteiro de São Vicente de Fora
Tânia Manuel Casimiro, António Augusto Branco
- 225 D. João VI – um caso de envenenamento revisitado
Sandra Coelho
- 235 S. Vicente de Fora – meio século de actividade arqueológica
Nuno F. Poínhas Pires

RELATÓRIOS

- 251 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2019
José Morais Arnaud
- 257 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2020
José Morais Arnaud
- 261 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2019
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 265 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2020
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 269 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2019. Plano de Actividades para o Ano 2020
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 273 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2020. Plano de Actividades para o Ano 2021
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 275 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 287 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 291 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2019
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 293 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2020
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 295 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2019
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 297 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2020
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 299 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3000). Relatório de Actividades do Ano 2019
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 307 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VN3000). Relatório de Actividades do Ano 2020
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

S. VICENTE DE FORA – MEIO SÉCULO DE ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA

Nuno F. Poínhas Pires

Núcleo Arqueológico de S. Vicente de Fora / IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências da FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / nunofpires@netcabo.pt

Resumo

O mosteiro de S. Vicente de Fora destaca-se entre a paisagem urbana de Lisboa não apenas pela sua sumptuosidade arquitectónica, mas também pelas suas raízes. Volvidos quase setecentos anos desde a primitiva edificação, ainda se desconhecem muitos dos contornos históricos relacionados com este monumento.

Em meados do século XX seria proposta uma tentativa de reconstituição histórica através da articulação entre as fontes documentais e o recurso à Arqueologia. O processo de requalificação do mosteiro foi a oportunidade tão aguardada para dar início às primeiras campanhas arqueológicas. Ao longo dos cinquenta anos seguintes uma equipa de arqueólogos e colaboradores multidisciplinares, coordenada pela sólida orientação do Doutor Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, legariam o seu contributo para a concretização desse mesmo objectivo.

Palavras-chave: S. Vicente de Fora, Mosteiro, Necrópole, Arqueologia, Lisboa.

Abstract

The *S. Vicente de Fora* monastery stands out in the urban landscape of Lisbon not only for its architectural sumptuousness, but also for its historical roots. Almost seven hundred years since the primitive construction, many issues about the origin and history of this monument still unknown.

The challenge proposed in the middle of twentieth century was to reconcile archaeology with documentary sources, as a methodology for a historical reconstruction. The restoration works in the monastery was the long-awaited opportunity for the first archaeological campaigns to begin. Over the next fifty years a team of archaeologists and multidisciplinary collaborators, maintaining solid coordination by Doctor Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, contributed to achieve this same goal.

Keywords: S. Vicente de Fora, Monastery, Necropolis, Archaeology, Lisbon.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A freguesia de S. Vicente de Fora representa um legado histórico e cultural intrínseco à cidade de Lisboa, indissociável, inclusivamente, de um elevado interesse arqueológico e historiográfico que se propaga muito para além dos domínios da olisipografia.

O mosteiro aqui consagrado ao mártir S. Vicente emancipa-se à própria geografia do local e marca um ponto específico no espaço e no tempo, que desde a sua fundação encerra inúmeros testemunhos transversais à própria História.

Em 1961, motivado por um interesse histórico e pela inexistência de actividade arqueológica em S. Vicente de Fora, quando ainda moço de tenra idade mas já dotado de experiência em trabalhos arqueológicos, o Doutor F. E. Rodrigues Ferreira assume a coordenação da primeira intervenção arqueológica no local. Na sequência das obras para a requalificação do monumento, requeridas pelo Patriarcado de Lisboa e sob autorização da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, previam-se intervenções na estrutura do edifício e no subsolo. Esta operação de salvaguarda não dispensava o acompanhamento e a intervenção por parte de uma equipa de arqueólogos.

Principiara, desta forma, um período fértil de campanhas arqueológicas permanentes em S. Vicente de Fora. Inicialmente, as intervenções restringiram-se ao interior do edificado, tendo-se prolongado pela área exterior, correspondente à sua antiga cerca, findas as obras de requalificação. A permanência arqueológica que se fazia sentir em torno deste mosteiro, revertia-se em uma realidade inédita na cidade de Lisboa. Recordamos que, à época, a actividade arqueológica em *continuum* seria escassa, principalmente dentro dos centros urbanos, e praticamente inexistente no que respeita a contextos medievais e modernos.

Os trabalhos arqueológicos prosseguiram ao longo de mais de cinco décadas, sujeitos, frequentemente, a ritmos díspares, por vezes limitados pela calendarização e pela natureza da própria obra, outras vezes por motivos associados às especificidades, sempre incertas, inerentes aos contextos arqueológicos.

No decorrer das consecutivas campanhas promovidas em S. Vicente, sempre existira um lugar e uma disponibilidade aberta para acolher colaboradores das mais variadas entidades, associativas e académicas, assim como voluntários, especialistas ou entusiastas, que pudessem contribuir com a sua dedicação individual aos trabalhos em curso, mas também experimentar e aprender sobre as dinâmicas arqueológicas.

A partir dos finais dos anos noventa, a actividade arqueológica vicentina prosseguiria em exclusivo pelas áreas exteriores do mosteiro, mantendo a coordenação do Doutor Rodrigues Ferreira, pese embora numa menor cadência e em sistema pro-bono, visando exclusivamente o retorno científico e o aumento do acervo do museu. A intervenção na antiga cerca do mosteiro prolongar-se-ia até finais de 2014, cessada devido ao precoce falecimento do seu coordenador.

Após meio século de Arqueologia em S. Vicente de Fora, muitos foram os colaboradores e voluntários que participaram neste verdadeiro *campus* científico em plena cidade de Lisboa. Aqui expandiram a sua experiência e conhecimento, não apenas no domínio da Arqueologia, mas também nas áreas da Antropologia, da Museologia, da Historiografia e, inclusivamente, da Olisipografia.

O resultado alcançado no decurso destas campanhas pode ser contemplado, em parte, na colecção arqueológica do Museu do Mosteiro de S. Vicente de Fora, assim como na produção científica que se reverteu em livros, artigos e relatórios publicados. Contudo, jamais será possível abordar a Arqueologia em S. Vicente sem recordar todo o esforço e dedicação do seu principal mentor, além de coordenador e mais antigo colaborador: o nosso colega e querido amigo Doutor Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira.

2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora encontra-se intimamente associada a um dos episódios históricos de maior relevo na cidade de Lisboa, a *Reconquista Cristã* em 1147. Subjugada a um governo islâmico desde 719 e confinada aos muros da *Cerca Velha*, conviviam no seu perímetro comunidades muçulmanas, judaicas e cristãs (também conhecidas como moçárabes), segregadas em bairros interiores e exteriores aos limites amuralhados. Apesar do prolongado e sólido domínio árabe nesta região, a estratégica bélica expansiva de Afonso I (r. 1143-1185), primeiro monarca português, objetivava, em 1147, a reconquista cristã até à linha do Tejo. Para o conseguir, teria necessariamente de conquistar as praças de Santarém e de Lisboa.

Após a conquista de Santarém, nesse mesmo ano, preparava o monarca uma operação de cerco a Lisboa quando os ventos da cristandade sopraram a seu favor e *“apareceu no mar uma frota de cento e oitenta velas, de gentes, que naquelle tempo moveram de Alemanha [germanos e teutónicos], e de Inglaterra, e de França [normandos], para guerrear os infieis por serviço de*

Deus" (Galvão, 1906: 110). Esta hoste de guerreiros estrangeiros partira de Inglaterra em Maio e rumava pela via atlântica em direcção à Terra Santa, naquela que ficou conhecida como a *Segunda Cruzada*. Afonso I ordena uma série de negociações para garantir a participação destes cruzados na tomada de Lisboa, tarefa incumbida ao bispo D. Pedro Pitões que a 16 de Junho na cidade do Porto concretiza o primeiro contacto.

Tendo acordado em uma operação conjunta na tomada de Lisboa, as forças portuguesas deslocaram-se por terra e a hoste dos cruzados por mar, tendo chegado ao Tejo ainda em finais de Junho. Com as embarcações a dominar a via fluvial, o cerco terrestre foi distribuído pelo acampamento inglês e normando na área ocidental da cidade, a hoste de Afonso I a norte e as forças germânicas aquarteladas a oriente, fechando desta forma o cerco na íntegra. Em Julho promoviam-se os primeiros assédios cristãos à muralha, uma operação que se previa extensa. Nos meses seguintes as investidas não cessavam, recorrendo, inclusive, a engenhos de cerco. Porém, as operações não surtiaram os resultados previstos e à frustração do fracasso destes ataques acrescia um elevado número de mortos e feridos em ambos os lados.

A implementação de enfermarias e áreas de inucação não partilhavam o mesmo espaço físico do acampamento. O tratamento de enfermos e moribundos não contribuía para a salubridade do local nem para os índices anímicos dos vivos, principalmente em operações militares prolongadas e estagnadas, como o eram os grandes cercos, durante os quais o risco de propagação de doenças e a desmoralização dos combatentes poderiam corromper os objectivos da empresa. Por este motivo, tanto no lado ocidental como oriental da cidade, fixaram-se acampamentos nas áreas de topo das colinas circundantes, enquanto as enfermarias e cemitérios instalaram-se a meia encosta, separando fisicamente a área dos vivos da área dos moribundos e defuntos.

O aquartelamento oriental, por questões estratégicas, estaria localizado na zona actualmente ocupada pela Graça e Senhora do Monte, ao passo que a meia encosta, onde viria a implantar precisamente o mosteiro de S. Vicente de Fora e, estabeleceram a enfermaria e uma área reservada a sepultamento. Pesou ainda nesta decisão o facto de aí existir um cemitério cristão, justamente reservado à comunidade moçárabe de Lisboa, tratando-se, portanto, de um espaço sacralizado. Afecto a este cemitério, a existência de um pequeno monumento religioso consagrava o local como ao culto por parte desta comunidade. Todavia,

de forma a evidenciar esse espaço onde eram sepultados os cruzados tombados durante as operações de cerco a Lisboa, Afonso I ordenou (segundo as crónicas) a edificação de dois novos e modestos templos, de perfil provisório, sobre a área sepulcral. Conforme nos recorda Duarte Galvão, que apesar de redigir a crónica de D. Afonso Henriques cerca de três séculos após o acontecimento, não ignora a homenagem do monarca à memória dos combatentes cristãos: "*cada um arrayal dos Christãos, edeficou sua Egreja em que enterrassem os que alli morriam, e El-Rei D. Affonso fez a sua, onde depois foi edeficado o Moesteiro de S. Vicente á honra do Martyre S. Vicente, e os Estrangeiros edeficaram outra que ora é chamada Santa Maria dos Martyres (...) durando o cerco de Lisboa soterraram os mortos naquellas duas Egrejas, que nos reaes [arraiais] se fizeram para esso*" (Galvão, 1906: 112-116).

Após a conquista da cidade, em finais de Outubro, Afonso I promove a conversão destes templos provisórios a monumentos imperecíveis, para cultuar a memória dos mártires que sucumbiram na tomada de Lisboa. A construção do primeiro teve o "*seu principio na Capella de N. Senhora da Enfermaria, & Cemiterio que se sagrou no dito lugar pera enterro dos que morrião no cerco da dita Cidade (...) El-Rey mandou logo preparar todas as cousas necessarias pera a fundação das ditas Igrejas, & Mosteiros, & abrir os alicerses de maneira, que ficassem dentro das paredes das novas Igrejas os dous Cemiterios acima ditos*" (Santa Maria, 1668: 112).

Por desígnio de D. Afonso Henriques dedicou-se o templo oriental ao mártir S. Vicente, projectado directamente sobre as campas dos cruzados, na sua maioria combatentes teutónicos, mas também partilhado por normandos, flamengos e portugueses. O monumento apresentava característicos traços medievais, ao estilo românico¹ (figura 1), dotado de uma vasta extensão de terreno envolvente que compunha a cerca. A sua localização exterior às muralhas da cidade valera-lhe o epíteto "*de Fora*", tendo perdurado mesmo após a construção de um segundo pano de muralha, conhecida como "*muralha fernandina*", que em 1373 colocara o mosteiro intramuros.

Mais tarde, na transição para o século XVI, o mosteiro apresentava sérios traços de abandono, demonstrando um estado de tal forma ruinoso que durante o

¹ Sobre a arquitectura do mosteiro afonsino recomenda-se a leitura: "O Mosteiro Afonsino de S. Vicente de Fora – subsídios para a reconstituição da sua fisionomia" (Ferreira, 1985). O autor procede a uma descrição fisionómica do templo recorrendo a gravuras, plantas e ensaio reconstrutivo através de maqueta.



Figura 1 – Primitivo mosteiro de S. Vicente de Fora em panorâmica de Lisboa do séc. XVI (autor desconhecido). Gravura existente na Biblioteca da Universidade de Leiden – Holanda.

primeiro quartel desse século serviu, inclusivamente, como lixeira. No reinado de D. João III (r. 1521-1557) promoveram-se algumas obras de requalificação com o patrocínio régio: *“O muyto alto e muyto poderoso senhor elrey dom Joam terceyro nosso senhor produzio a efeyto a reformaçam delle. E nam tam somente em a material mas muyto mays em a spiritual strutura ca em a spual o dito senhor por serviço de Deus honra e louvor dos sanctos martyres q em elle sam sepultados”* (S/autor, 1538: fl. 1). Lamentavelmente, a iniciativa revelar-se-ia modesta e o seu impacto pouco significativo.

A derradeira reforma ocorreria no reinado Filipino, a partir de 1580, quando por decisão do novo monarca o primitivo mosteiro seria demolido e construído um novo de fisionomia e magnificência dispar, comparativamente ao anterior. Por quase quarenta anos se prolongaram as obras que culminariam na edificação de um dos mais belos monumentos religiosos da cidade de Lisboa. Ainda no decorrer da sua construção *“a magestade, & sumptuosidade de seus edificios, que no que està já acabado, não tem no tempo prezente outro, que o vença. & terá nos vindouros poucos, que o igualem.”* (Cunha, 1642: 75). Ergue-se, assim, na silhueta de Lisboa o mosteiro de S. Vicente de Fora tal como o conhecemos actualmente, continuando a impressionar o olhar de quem o contempla desde o tempo da sua edificação.

3. CLAUSTRO E CISTERNA DE D. JOÃO III

A arquitectura adoptada na construção do novo mosteiro não se compatibilizava com a primitiva, o que justificou a sua demolição integral. Exceptuando a cis-

terna que se mantivera em funções, do primitivo mosteiro *“edificado por El-Rey D. Affonso Henriquez, não se conserva hoje mais que a Claustro principal, & parte da Claustro da portaria”* (Santa Maria, 1668: 149). Os restantes elementos arquitectónicos foram desmantelados ou emparedados durante a construção do novo edifício, operação que envolveu, inclusivamente, a trasladação de parte das ossadas dos cruzados para um ossário².

Retomando as obras de requalificação do mosteiro, que principiaram na década de sessenta do passado século, uma vez mais projectaram-se intervenções na estrutura do edifício, nomeadamente para converter alguns dos espaços internos em áreas de serviços do patriarcado e reservada uma área substancial para núcleo museológico. Para o efeito, seria necessária a abertura de novas passagens e encerramento de algumas existentes.

No decorrer desta reconversão do espaço, os trabalhos arqueológicos colocaram a descoberto uma cisterna inactiva que se encontrava sobreposta por um claustro do século XVI. Ambas as estruturas, que remontam às obras de requalificação promovidas por D. João III, estavam soterradas e emparedadas, como resultado do entulhamento que se verificou para a construção do mosteiro filipino. Inseridos nestes entulhos foram identificados dois elementos arquitectónicos compatíveis com a tipologia do mosteiro afonsino, a que corresponde um fragmento de capitel e outro de coluna, ambos extremamente danificados, elementos estes que se encontram em exposição no museu do mosteiro. Toda a estrutura foi desentulhada e colocada a descoberto, tendo sido ocupada pela bilheteira e loja do museu, constituindo ainda a primeira ala visível (figura 2).

4. CEMITÉRIO DE ABÓBODA

Uma passagem que se destaca nas crónicas dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, ordem monástica que ocupava S. Vicente de Fora, é o acto de trasladação de parte dos ossos dos santos mártires, sepultados no chão da primitiva igreja, para um sacrário exclusivamente construído dentro do novo edifício para esse efeito.

Pouco tempo após a inauguração do mosteiro fili-

² Nas áreas de abertura de fundações e valados para o novo edifício, as ossadas com que os construtores se deparavam, eram trasladadas para o ossário do novo mosteiro, uma das primeiras estruturas a ser erguida justamente para servir esse propósito.



Figura 2 – Interior da cisterna de D. João III – actual entrada do museu. Fotografia do autor.

pino, algumas acusações foram levantadas contra os cónegos regrantes por alegado desleixo na salvaguarda das relíquias dos cruzados. Esta preocupação tornara-se pública em 1642 por D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, o qual manifesta na sua *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, o desagrado pela negligência com que foram tratadas as ossadas dos mártires durante o processo de trasladação, juntamente com a relíquia de um cavaleiro santo conhecido como Henrique Alemão, o qual perpetuara, por intermédio da sua sepultura, alguns milagres³.

Recorrendo às palavras do próprio D. Rodrigo da Cunha: “O descuido dos nossos Chronistas, & ainda maior dos Religiosos, em cujo poder esteve esta sepultura, foy tão grãde, que de todo se perdeu a memoria do lugar onde jaz, nem reliquia alguma se conserva entre elles, deste Santo: culpa grãde, quando não só perderão a honra deste deposito, senão tãbem a memoria esclarecida dos varoẽs, que se enterrarão no seu semiterio [sic], confundindo as sepulturas antigas, com as modernas, & tirandoas dos lugares, em que estavam postas, sem o resguardo, que merecião pelos tezouros, que encerravaõ, sendo a veneraçã, que se devia á antiguidade destes monumentos; de muito mayor estima, & grandeza para a nossa patria, que a erecção dos marmores, & jazpes, que puzeraõ em seu lugar.” (Cunha, 1642: 64-65).

Naturalmente, a contestação dos cónegos não se fez esperar. Frei Nicolau de Santa Maria publica

³ Descreve a Crónica dos Cónegos Regrantes que nascera uma palmeira sobre a terra da sepultura do Cavaleiro Henrique e que por intermédio das folhas e dos cachos recolhidos dessa árvore teriam sido orquestrados alguns adventos milagrosos.

em 1668 uma nova versão da crónica dos cónegos regrantes, na qual não ficaria indiferente às incriminações do arcebispo. Refuta as acusações da seguinte forma: “Donde se vê que foi mal informado o Illustrissimo Senhor Dõ Rodrigo da Cunha, quando escreveu a *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, pois diz o Capitulo 33 da primeira parte da dita *Historia* num. 8 que de todo se perdeu a memoria do lugar onde jaz o Santo Cavalleiro [Henrique Alemão], & que se não conserva Reliquia alguma sua, & culpa a nossos Comegos de descuidados. (...) E não só das Reliquias deste Santo Cavalleiro se mostrãõ sollicitos, & cuidadosos os nossos Conegos do Mosteiro de S. Vicente, mas tambem das dos outros Cavalleiros Portuguezes, que morrẽrãõ no mesmo cerco de Lisboa, por serem tidos por Martyres, recolhendo seus ossos quãdo se derrubou a Igreja velha do dito Mosteiro, & tresladandoos com grande veneraçã pera hum Sacrario que està metido na parede de hum Cemiterio de abobeda, que fica encostado ao Coro da Igreja nova com porta pera a segunda claustra com hum letreiro de letras de ouro” (Santa Maria, 1668: 118).

A memória da localização do referido “cemitério de abóboda” perdera-se após o terramoto de 1755. Frei Inácio de Nossa Senhora da Boa-Morte ainda lhe faz referência no seu manuscrito de 1761: “Defronte desta capela fica a grande larga e Majestosa escada conventual deste Mosteiro que vay para o Dormitorio debaixo daquela fica o oçario desta casa. (...) Tem a escada 35 degraus, e no plano exterior desta capela fica a porta do coro que hade sair detras da capela mor” (Boa-Morte, 1761: fl. 15). Contudo, a sua obra não seria impressa nem publicada e, portanto, não teve difusão editorial, tendo o original permanecido circunscrito à biblioteca do mosteiro e mais tarde incorporado na Torre do Tombo. Desta forma, perdera-se a última referência escrita relativa ao ossário de S. Vicente de Fora, tendo subsistido a sua memória justamente sob a denominação de “cemitério da abóboda”.

O ilustre historiador Júlio de Castilho, numa tentativa em averiguar o paradeiro deste cemitério, descreve o seguinte: “Modernamente (não sei dizer quando) ao fazerem-se aquelas pobríssimas tribunas reais, que lá vemos à direita e à esquerda da capela-mor, inutilizou-se uma capelinha que fica por trás da tribuna do lado da Epístola, e que era de certo o cemitério de abóboda de que fala D. Nicolau. Lá estive em 14 de Maio de 1886 com o digno prior de S. Vicente, o padre Luiz Pereira de Sampaio, mas nenhuma inscrição descobrimos relativa aos guerreiros mártires. Isto não quer dizer que não existam; quer apenas dizer que as encobriram

com aquelas pesadas obras de madeira” (Castilho, 1936: 26-27).

O paradeiro do cemitério de abóboda, que continha o sacrário dos santos mártires, apenas seria redescoberto em 1964, quando o Doutor Rodrigues Ferreira detectou a presença de uma parede falsa⁴ no compartimento de passagem entre o segundo e o terceiro claustro, também conhecido como “Pátio dos Corvos”. Após abertura desta parede, os arqueólogos depararam-se com o ossário de abóboda, percebendo de imediato que o mesmo fora desabilitado por ter atingido o limite da sua capacidade (figura 3).

Observa o Doutor Rodrigues Ferreira: *“De facto, encostado ao coro da Igreja Nova (da actual Igreja de S. Vicente), e com porta para a segunda claustro, (esta porta fica contígua à porta do Panteão da Casa de Bragança e dá acesso ao “Claustro dos Corvos”) num aproveitamento de um vão de escada, foi deixada uma pequena sala, continuada por uma curta galeria subterrânea, e que é, seguramente, o cemitério de abóboda de que nos fala D. Nicolau. O conjunto tem sete metros de comprimento, por dois metros e sessenta de largura, uma altura mínima de três metros e quarenta, e uma altura máxima de seis metros e cinquenta (tal como se referiu é um aproveitamento de um vão de escada) (...) Efectivamente, a meia altura da parede do carneiro, abre-se um janelão que dá acesso ao sacrário. Não encontrámos, de imediato, a tampa que o teria em tempo fechado, porém, quando por volta de 1976 se iniciaram os trabalhos de recuperação do órgão, foi encontrada, na sua estrutura, a metade inferior da referida tampa, onde efectivamente está inscrita parte do texto que D. Nicolau refere”* (Cunha & Ferreira, 1998: 30-31).

O ossário, ou carneiro recorrendo à terminologia do autor, encontrou-se repleto de ossos. Todavia, o sacrário contíguo a este ossário estava atestado com entulhos de obras, no topo dos quais se encontrou um “enorme embrulho”, duplamente envolto em burel, com 1,80 m de comprimento, por 1,60 m de largura, por 0,40 m de altura, que continha uma massa castanha, polvorenta, de textura e côr semelhantes a chocolate

⁴ Nesta parede, constituída por tabique, tijolo, cal e areia de construção setecentista, foi aberto um orifício que servira para esconder duas espingardas *mauser* durante as insurreições militares dos anos 20 do século passado. As mesmas seriam encontradas mais tarde por crianças, durante o período em que o mosteiro funcionou como liceu (1915-1949). Esta pequena abertura na parede levantou a suspeita de corresponder a um oco, o que motivou a sua averiguação com recurso a um pêndulo de chumbo. Viria a confirmar-se que se tratava de uma parede falsa.



Figura 3 – Interior do ossário aquando da sua descoberta estando visível a parede falsa em tabique que ocultou a estrutura e a abóboda descrita nas fontes. Autoria F. E. Rodrigues Ferreira.

em pó” (Cunha & Ferreira, 1998: 32). Assumiu-se, portanto, tratarem-se dos ossos dos cruzados que sucumbiram na tomada de Lisboa, mas devido às condições ambientais nitrosas do sacrário teriam sido reduzidos a pó. A substância foi recolhida e preservada. No entanto, dez anos passariam até à dinamização em Portugal do método da datação através do Carbono 14.

Finalmente, quando foi possível concretizar a análise “verificou-se que o interior do embrulho era constituído por panos e paus profundamente alterados, com uma datação aproximadamente compreendida entre os séculos XVII e XVIII. Parece-nos bem evidente que para iludir as acusações de que os Cónegos de Santo Agostinho eram alvos, de terem perdido as cinzas dos “Cavaleiros Mártires”, terão, durante o Século XVII, procedido a um simulacro de uma trasladação daqueles mártires” (Cunha & Ferreira, 1998: 32-33). Aparentemente, as acusações de D. Rodrigo da Cunha tinham fundamento.

O sacrário nada mais conservava além de entulho. Em seguida procedeu-se à recolha de todo o conteúdo do ossário, trabalho que se iria prolongar pelos anos seguintes, não apenas devido à sua dimensão, mas também pelo rigoroso registo estratigráfico exigido. Foram identificados oito estratos diferenciados, correspondendo os três inferiores aos níveis do solo e subsolo e os cinco superiores ao enchimento do ossário (figura 4). No seu conjunto, além dos milhares de ossos, reunira-se uma vasta colecção com diver-

CRIPTA OU CARNEIRO DO MOSTEIRO CORTE VERTICAL

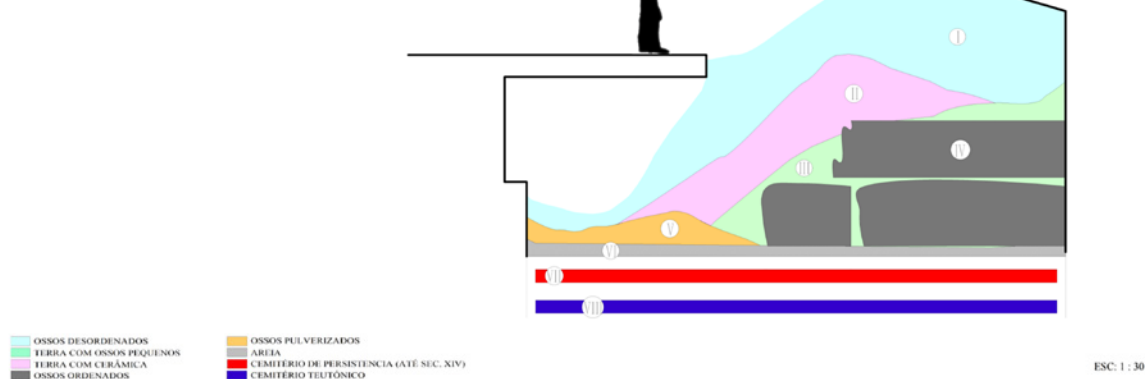


Figura 4 – Estratigrafia da cripta. Autoria F. E. Rodrigues Ferreira.

sas tipologias de artefactos, alusivas ao quotidiano e ao culto religioso. Os exemplares mais emblemáticos encontram-se expostos na colecção arqueológica do Museu de S. Vicente de Fora.

Em modo de conclusão, recorreremos novamente às palavras do próprio arqueólogo: *“parece poder-se admitir que aquele carneiro terá provavelmente sido construído antes mesmo do restante edifício, para colectar as ossadas que fossem aparecendo durante a abertura dos novos caboucos e de algumas provenientes das sepulturas do antigo Mosteiro Afonsino, com persistência até ao século XIV também para lá tivesse sido transferido, de acordo com a necessidade imposta pela planta do novo edifício. Teria depois estado devoluto alguns anos período durante o qual serviu de lixeira, tendo finalmente sido, durante o século XVIII, colmatado e fechado até aos nossos dias”* (Cunha & Ferreira, 1998: 38). O encerramento do ossário ocorreria logo após ter atingido o limite da sua capacidade, em meados do século XVIII, a que corresponde a deposição do estrato superior⁵ (estrato I).

Após retirado todo o seu enchimento foi possível alcançar o pavimento, composto por camadas de

areia e terra, debaixo do qual se encontrava o solo correspondente ao exterior da primitiva igreja, do lado da epístola para Nascente, a escassos metros do traçado do antigo templo. O levantamento deste estrato inferior colocou a descoberto seis sepulturas escavadas no calcário margoso, atribuíveis a cruzados da tomada de Lisboa. Os covais estavam revestidos por esteios calcários a todo o redor e cobertos por lajes sem inscrições, sendo os seus ocupantes todos homens adultos. Apesar da ausência de espólio, ou mesmo armamento⁶, o exame antropológico identificou ferimentos mortais induzidos por arma branca e objectos contundentes em quatro dos seus seis ocupantes. A análise de radiocarbono aponta para o século XII a cronologia de todos os indivíduos.

Porém, este conjunto de sepulcros encontrava-se sobreposto e intercalado com outra necrópole, mais antiga e sem correspondência com a primeira, ou seja, as sepulturas dos cruzados tinham sido abertas justa-

⁵ Devido à elevada taxa de mortalidade provocada em consequência do Terramoto de 1755, vários covais do mosteiro foram desocupados para enterrar as vítimas da catástrofe. Os restos mortais exumados foram trasladados para o ossário em tal quantidade que rapidamente atingira o limite da sua capacidade. Por esse motivo foi encerrado e emparedado, permanecendo oculto e esquecido ao longo dos séculos seguintes.

⁶ A presença de armamento dentro da sepultura de um cruzado apenas seria expectável para elementos da nobreza, contrariamente ao vulgo combatente que longe das cadeias habituais de reabastecimento teria necessariamente de aproveitar todos os recursos disponíveis. Por outro lado “o ferro, em estado de pureza para fazer armas, era um elemento relativamente difícil de obter” (Ferreira, 2010: 38). O facto de estas seis sepulturas se encontrarem numa zona marginal do cemitério dos cruzados, é também indicador que estes covais seriam destinados a guerreiros de menor condição social, contrariamente aos mais proeminentes que estariam depositados tanto mais próximos do interior e do altar-mor da igreja.

mente sobre um cemitério existente no local e que servia a comunidade cristã de Lisboa. Este cemitério apresentava “tipologicamente característica de um período bem anterior ao desta utilização, com encadeamento “em favo” das sepulturas. Com a ocupação no século VI do território hoje Portugal pelos visigodos, e continuando a provável tradição romana do local, a área de S. Vicente terá sido utilizada como necrópole. As porções escavadas de necrópole paleocristã, que poderão efectivamente corresponder tipologicamente a uma necrópole iniciada naquele período, tiveram persistência de utilização moçárabe provavelmente até à chegada de D. Afonso Henriques” (Ferreira, 2010: 23).

Os ocupantes das sepulturas mais antigas apresentavam características distintas, variando entre elementos de ambos os sexos, a que correspondiam crianças, adultos e idosos. Não detinham marcas de escoriações bélicas, o perfil taxionómico era adequado a uma comunidade agrícola (não guerreira) e o perfil fisionómico diferenciado por apresentarem em média uma estatura superior, herança genética visigótica dos reinos nórdicos de onde seriam oriundos.

Esta disparidade osteológica resulta, como referimos, do aproveitamento do cemitério cristão existente no local, ao serviço da comunidade moçárabe de Lisboa, para sepultamento dos cruzados, intercalando duas realidades sepulcrais diferentes no mesmo espaço fúnebre.

5. NECRÓPOLE MOÇÁRABE (SACRISTIA)

No ano de 1994, antecipando o restauro da actual sacristia, foi permitido o acesso ao subsolo para intervenção arqueológica. Recorrendo a uma malha de doze quadrículas com dois metros cada, “verificou-se a existência, centralmente, de uma muralha que se desenvolvia no sentido Norte-sul e que pensamos ter pertencido à parede Este da “Claustra Velha” do mosteiro Afonsi-

no, delimitando-lhe o “deambulatório” (...) A cerca de 180 centímetros de profundidade, foram encontradas as sepulturas antropomórficas da necrópole moçárabe. Esta representação esquemática evidencia os dois níveis mais importantes da necrópole, ou seja a cobertura das sepulturas e o desenho dos corpos em conexão anatômica e as respectivas ossadas depositadas a seus pés” (Ferreira, 2010: 32).

Este conjunto de oito sepulturas (figura 5) corresponde ao prolongamento da necrópole moçárabe identificada sob o ossário. Os limites do mosteiro, ao tempo de D. Afonso Henriques, apenas contemplaram a salvaguarda dos santos mártires da tomada de Lisboa, sendo os limites da necrópole moçárabe existente no local efectivamente mais vastos.

O depoimento de Freire de Oliveira, recolhido à época da construção do novo mosteiro, testemunha a presença de “corpos, ainda organizados [sic], se acharam ha poucos tempos com vestígios de armas e esporas douradas, abrindo-se o alicerce para a sacristia nova, que se faz com perfeita grandeza, achando-se em algumas cabeças cabellos louros, havendo quinhentos quarenta e tantos annos que foi o dito successo” (Oliveira, 1896: 77). Relativamente ao armamento desconhece-se o seu paradeiro, no entanto, os cabelos louros de que Freire de Oliveira nos dá conta, enquadram-se no perfil fisionómico da comunidade visigótica e não propriamente na dos cruzados ainda que alguns dos combatentes fossem de origem germânica.

O conjunto identificado em 1994 reúne cinquenta e dois indivíduos, oito em conexão e os restantes amontados aos pés das sepulturas, em consequência da reocupação dos covais. No geral, apresentam as mesmas características taxionómicas mencionadas para a comunidade sepultada sob o ossário, isto é, elementos de ambos os sexos, com idades diferenciadas e sem lesões associadas a contexto de confronto armado. Pelo contrário, as “lesões degenerativas da

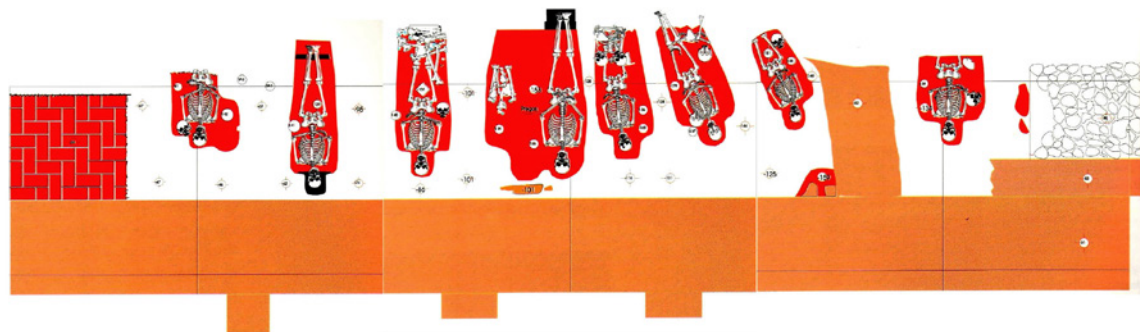


Figura 5 – Sepulturas moçárabes identificadas no solo da actual sacristia. Autoria F. E. Rodrigues Ferreira.

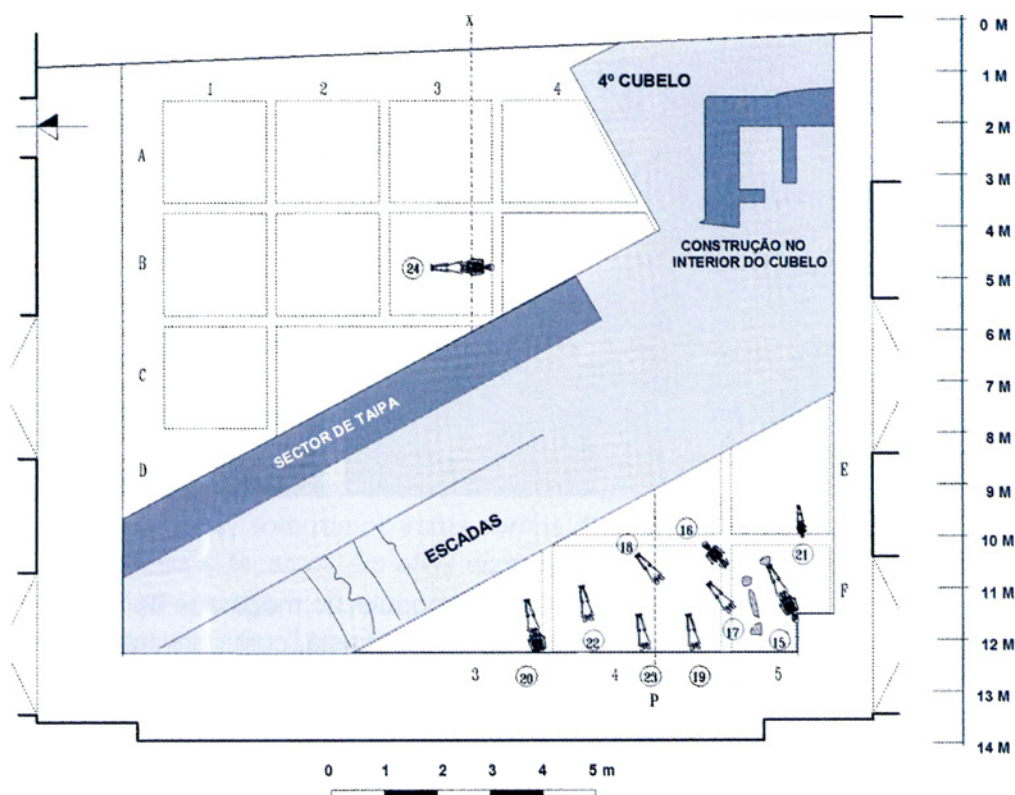


Figura 6 – Pátio dos Corvos. Autoria F. E. Rodrigues Ferreira.

coluna vertebral e das articulações dos membros inferiores associadas a algumas fracturas consolidadas dos membros, embora por vezes viciosas, revelam uma actividade física/rural muito acentuada, com utilização de ferramentas” (Ferreira, 2010: 36).

6. NECRÓPOLE MEDIEVAL (CLAUSTRO DOS CORVOS)

Em 1373, aquando a construção da muralha fernandina, o traçado oriental projectado transpunha a cerca do mosteiro de S. Vicente em direcção ao Tejo, sentido Norte-Sul. Concluído este troço, o edifício passou a integrar o interior dos novos limites da cidade, junto do qual foi rasgada uma porta na vertente Norte conhecida como *Porta de S. Vicente*⁷. Contudo, os limi-

tes de implantação do mosteiro filipino prolongavam-se para além dos muros, de forma que “ao tempo do Rei D. Filipe I de Portugal, que os reconstruiu completamente, alongando-os ao nascente para além da cerca de D. Fernando, que para esse fim foi aí demolida na extensão duns 75m” (Silva, 1987: 64).

Dentro do novo mosteiro, do lado Nascente do osário, dispõe-se o pátio dos Corvos, cujo nome evoca a memória das aves emblemáticas da cidade de Lisboa que outrora aqui residiram. Este pátio sobrepõe, precisamente, parte do troço da muralha fernandina, a qual, por esse motivo, foi desmantelada.

Como resultado da intervenção arqueológica no local identificou-se a base desta muralha, cujo traçado cruza o centro pela diagonal. A meio deste troço encontrava-se a base de um cubelo (figura 6). Para o lado Poente, a que corresponderia o interior da cidade, foram identificadas nove sepulturas. Estas enquadram-se no prolongamento do cemitério afonsino, que se desenvolveu ao longo da Idade Média pelas traseiras do mosteiro, desde o século XII até ser interrompido pela construção da muralha no século XIV. Para o lado oposto, por onde se estendia o exterior da urbe, apenas foi identificada uma sepultura isolada datada do

⁷ A partir do século XVI esta entrada passou a designar-se como *Postigo do Arcebispo*, em memória de D. Fernando de Vasconcelos de Sousa, arcebispo de Lisboa entre 1540 e 1564, que coabitara entre os cónegos no mosteiro de S. Vicente (Silva, 1987: 65). Outros autores apontam esta nomenclatura para um segundo postigo que existia no mesmo alinhamento na vertente Sul do mosteiro.

século XVI, não relacionável com o conjunto anterior, e resíduos de uma lixeira da mesma cronologia.

7. CERCA DO MOSTEIRO

Na última década do século XX, com as obras do monumento prestes a terminar, o acesso arqueológico ao solo dentro da área coberta do mosteiro estava praticamente findado. Uma excepção, contudo, surgira na sequência de uma intervenção de emergência numa das capelas da segunda claustro. Paredes meias com o panteão dos patriarcas, a capela dos meninos da Palhavã⁸ conservava, por debaixo das lajes do pavimento, sete vasos viscerais de elementos da casa real do setecentista, período em que a prática do embalsamamento esteve em voga. Entre estes, encontram-se presentes vasos correspondentes aos monarcas D. João V; D. José; D. Pedro III e D. João VI.

A extremidade de um andaime montado para a requalificação da capela provocou uma fissura em uma das lajes, junto da qual se encontrava uma outra com a identificação “COR ET VISCERA IMPERATORIS AC REGIS IOANNIS SEXTI”, neste caso alusiva ao coração e vísceras do rei D. João VI, aqui depositadas a doze de Março de 1826 “*em huma talha da India, mettida num caixão coberto de seda preta*” (imprensa Régia 1826, *apud* Ferreira, 2008: 10). A equipa de arqueólogos retirou o que restava do referido caixão, encontrado a 18 cm de profundidade, contendo no seu interior um jarro branco com decoração monocromática ao estilo oriental de cor azul clara. O recipiente conservava amostras de material orgânico, já ressequido devido à exposição ao ambiente local, provocada pelo deslocamento da tampa. Estes indícios orgânicos constituem as vísceras do monarca, tendo estas sido enviadas para análise (Ferreira, 2008).⁹

Concluída esta última intervenção dentro do edifício, as atenções voltaram-se para a área correspondente à antiga cerca, parte da qual ainda se conserva como propriedade do mosteiro, apesar de uma vasta área ter sido vendida e outra parte expropriada. Mantive-se o jardim a Nascente do mosteiro e uma área arborizada a Norte. Ao longo dos vinte anos seguintes a actividade arqueológica prosseguiu por estas áreas exteriores. Seria fastidioso, e um pouco desenqua-

drado do presente artigo, descrever em pormenor os resultados desta última intervenção. Limitar-nos-emos, por conseguinte, às principais evidências.

No jardim a Nascente do mosteiro, conhecido como pátio das laranjeiras, encontrava-se um pequeno anexo votado ao abandono e em muito mau estado de conservação. A estrutura foi identificada como sendo a antiga botica do mosteiro. Em 1993, na sequência de uma exposição sobre a botica de S. Vicente, obteve-se um patrocínio privado para intervenção arqueológica e requalificação da sua estrutura. O resultado desta intervenção viria a colocar a descoberto um forno de reduzidas dimensões, juntamente com dois almofarizes e alguns fragmentos, pouco significativos, de frascos em vidro. Identificaram-se ainda três objectos descontextualizados (actualmente em exposição no Museu de S. Vicente de Fora): dois comedouros para pássaros em cerâmica e um canhão de brincar em chumbo.

A actividade arqueológica prosseguiria pelo jardim a Norte do mosteiro, já na viragem para o novo século. Com uma área compreendida entre 80 metros de comprimento por 20 de largura, sensivelmente, o espaço situa-se no intervalo entre o mosteiro e o liceu Gil Vicente, no intervalo Sul-Norte. Exceptuando a presença de algum arvoredor e sem parcelas reservadas a cultivo (figura 7), o terreno permitia uma intervenção em extensão, sabendo-se antecipadamente que o traçado da muralha fernandina atravessa o centro, no alinhamento do mesmo troço identificado no Pátio dos Corvos, em modo contínuo.

Esta antiga área da cerca é conhecida pelo topónimo de “Telheiros de S. Vicente”, uma alusão à época de construção do novo mosteiro, durante a qual foram reservadas parcelas nas imediações para funcionar como estaleiro. Nas crónicas redigidas após a edifica-



Figura 7 – Vista actual e parcial da cerca a Norte do mosteiro. Fotografia do autor.

⁸ Denominação que deriva dos dois filhos bastardos de D. João V sepultados no local.

⁹ Destas análises e investigação resultaria um interessante trabalho sobre as causas de morte de D. João VI. Vide bibliografia Ferreira 2008.

ção da estrutura filipina sobressaem referências à reocupação deste local, nomeadamente a presença de pequenas oficinas e casas para acomodar a criadagem ao serviço do mosteiro. A partir do século XVIII este espaço seria convertido em área recreativa, constituindo “*hũ belo e feroso jardim. Tem quatro estatuas de marmore e muitos vasos de pedra com outras figuras que vieraõ de fora (...) no meyo da parede principal há hũa casa com hũa cascata com duas figuras de pedra nos lados (...) por cima desta casa corre hua grande varanda onde estão 12 grandes esculturas de pedra que vieraõ de Italia e serve de agradável perspectiva ao jardim no meyo do qual fica o tanque*” (Boa-Morte, 1761: fls. 17-18). Este espaço estaria, portanto, dotado com lagos, casas de fresco, estatuária e até são mencionadas áreas para jogo. A estratigrafia colocada a descoberto assinala, efectivamente, diferentes níveis de ocupação cronológica e funcional. Destacamos entre as demais, as de maior pertinência.

Recuando até ao período de ocupação árabe, foram identificados “um conjunto de quatro silos, situados numa área relativamente pequena, já completamente colmatados por uma terra amarela de transporte pluvial, havendo dois deles que tinham sepulturas do século XIV sobre a sua boca. A cerâmica encontrada no seu interior, com paralelos em várias estações portuguesas, os restos alimentares (datados pelo radiocarbono), a estrutura estratigráfica particularmente eloquente, enfim, tudo se congrega para apontarmos uma cronologia anterior à fundação, muito provavelmente séculos X a XI” (Ferreira, 2001: 49).

Após a fundação do mosteiro afonsino, e com a expansão do cemitério medieval para Norte, parte da cerca convertera-se em recinto sepulcral. Esta ocupação ficaria delimitada pela construção da muralha fernandina, conforme demonstrado através da realidade arqueológica detectada no Pátio dos Corvos, debaixo do qual se verificou que a abertura de sepulturas terminava junto ao traçado da muralha. A este conjunto acrescenta-se agora um outro identificado no jardim Norte, com dezasseis inumações, correspondente ao mesmo horizonte fúnebre, séculos XII-XIV, ou seja, trata-se de um prolongamento do cemitério medieval anteriormente identificado.

Na área central deste terreno, conforme expectável, verificou-se a presença de mais um troço da muralha. Contrariamente ao segmento que foi assinalado no Pátio dos Corvos, onde apenas se encontrou a sua base, nesta intervenção foram identificadas partes completas da estrutura. O seu aproveitamento como parede para congregar casario, valera-lhe a sua pre-

servação. As casas adossadas à muralha fernandina correspondiam a habitações e oficinas¹⁰ destinadas à criadagem do mosteiro.

A Poente deste troço, que uma vez mais frisamos ser correspondente ao interior da cidade, foram identificados dois fornos para derreter chumbo e um outro para cozer tijolo, evidências do período de construção do mosteiro em que o espaço servira de *telheiro* (*estaleiro* na terminologia actual). Do lado oposto da muralha, isto é, do lado exterior, encontraram-se depósitos de lixeira com a presença de materiais do século XIV ao XV, nos estratos inferiores, e do século XVI ao XVIII nos superiores. Estes últimos serviram essencialmente para efeitos de enchimento e nivelamento do terreno.

Entre 2009 e 2010, na sequência da requalificação do liceu Gil Vicente, cujos terrenos pertenceram à antiga cerca de S. Vicente de Fora, o Doutor F. E. Rodrigues Ferreira assumira o acompanhamento arqueológico da obra. No decorrer da sua intervenção identificou mais um segmento da muralha fernandina, em conexão com a base de um cubelo, também ele derrubado. O arqueólogo deparou-se, ainda, com as fundações de um edifício de consideráveis dimensões¹¹, juntamente com os vestígios de uma grande cisterna (entretanto reduzida e reutilizada como poço) e vestígios diversificados de equipamento de jardim, designadamente lagos, calçada em seixo e uma casa de fresco. Todos estes testemunhos perfilam na descrição das fontes documentais relativas às diversas etapas de ocupação. A este conjunto somam-se ainda

¹⁰ A arqueologia colocou a descoberto cerca de quatro destas construções, perfeitamente delimitadas pelas bases das paredes e pavimentos que se conservaram debaixo do solo. A de maiores dimensões apresentava pavimento em tijoleira, lajes em degrau para acesso ao exterior e, inclusivamente, vestígios de uma rua calçada com seixos. Estas construções utilizaram a muralha como parede, quer para o lado interior como exterior da cidade, tendo por esse motivo preservado o seu traçado que, por sua vez, comprovou-se ter correspondência com a proposta de Vieira da Silva na sua obra *A Cerca Fernandina de Lisboa* (1987).

¹¹ Esta construção não passara das fundações devido à reabilitação da muralha fernandina no século XVII, motivada pela ameaça revoltosa contra a ocupação Filipina. Foi ordenado a 1 de Março de 1625 por assento de vereação “*Arazar o principio da obra que esta comessada no campo, «junto ao postigo de São Vissente, q he do mesmo muslr.º, e tapar os dous postigos que estão no muro, hum dentro nesta obra, e outro q he o ceruiço da cidade, e juntamente cortar a prumo a parede da lgr. que esta em dentes, e vinha saindo já foraa do muro; e se arrazarão as casas dos criados dos frades, que a estão encostadas ao muro, no pateo da sisterna*”.



Figura 8 – Antiga cerca do mosteiro – área intervencionada. Autoria F. E. Rodrigues Ferreira.

milhares de fragmentos cerâmicos recolhidos dentro do mesmo espaço (figura 8).

A actividade arqueológica retomou aos limites compreendidos pela actual propriedade do mosteiro, ainda em 2010, decorrendo ininterruptamente até finais de 2014.

8. CONCLUSÕES

Conforme se previra no arranque das actividades arqueológicas em S. Vicente de Fora, apenas o cruzamento da informação documentada com a realidade oculta debaixo do solo, permitiria uma reconstituição histórica que ultrapassasse os fundamentos conjecturais. Os resultados que temos vindo a enunciar, cons-

tituem alguns dos principais elementos pertinentes para esse objectivo primordial: a aproximação factual à evolução histórica deste local. Contudo, a prática arqueológica representa um recurso dentro do processo de investigação. Os trabalhos de campo, as análises e as interpretações até ao momento publicadas e divulgadas nos meios científicos, demarcaram o seu contributo no que respeita à Oisipografia e, em parte, à História em geral. Esperamos, simultaneamente, que possam motivar futuras intervenções arqueológicas, em modo de continuidade, e novas reformulações teóricas sobre um local emblemático que ainda oculta alguns enigmas.

Os cerca de cinquenta anos de investigação científica que o Doutor F. E. Rodrigues Ferreira consagrou a

S. Vicente de Fora contribuíram, sem dúvida, para essa finalidade. Como herança fica a reconstituição parcial da História de um dos monumentos e lugares mais icónicos de Lisboa.

O resultado de meio século de arqueologia “*vicentina*” aponta para uma ocupação efectiva do local desde, pelo menos, o século X, como reduto da comunidade cristã/moçárabe durante o domínio árabe. A existência de silos, atolados com vestígios datados desse período, juntamente com a presença de um cemitério visigótico de tradição cristã, relaciona-se intimamente com essa ocupação. A presença de um recinto sepulcral pressupunha a existência de um templo, por modesto que fosse, assim como construção habitacional nas imediações, considerando a malha urbana na época de D. Afonso Henriques (que se prolongaria além dos muros da *Cerca Velha*). Contudo, os limites impostos às actividades arqueológicas não permitiram alcançar esses testemunhos, a intervenção ficara circunscrita aos limites do mosteiro e respectiva cerca. Ficam, assim, por identificar os contextos urbanos da comunidade local, ou seja, os testemunhos das suas habitações e oficinas, pese embora o facto de ter sido encontrado um conjunto de quatro silos.

O recinto funerário cristão seria aproveitado para sepultar os cruzados tombados no cerco de 1147, em covais intercalados com os defuntos moçárabes que jaziam no local. Nas imediações deste cemitério seria ainda instalado um hospital de campanha, cujas evidências apenas subsistem nas fontes escritas. A construção do primitivo mosteiro de S. Vicente de Fora visava cultuar a memória dos mártires sucumbidos às portas de Lisboa. Para o efeito, a sua edificação tinha, necessariamente, de sobrepor as campas dos cruzados. O monumento acabaria por sobrepor simultaneamente parte das campas dos moçárabes jazentes no mesmo espaço fúnebre, os mesmos que viriam a ser identificados por intermédio da arqueologia.

Conclui-se, portanto, que o espaço hoje conhecido como Mosteiro de S. Vicente de Fora teria:

- i) operado como área de sepultamento entre os séculos X-XII;
- ii) detivera uma breve ocupação fúnebre durante a tomada de Lisboa em 1147, destinada ao sepultamento dos cruzados;
- iii) a construção da primitiva igreja e mosteiro, ainda dentro do século XII, sobrepôs-se às campas dos cruzados, de forma a cultuar a sua memória, não tendo o edificado abrangido toda a área do cemitério moçárabe, o qual se manteve activo e em expansão até, pelo menos, ao século XIV;
- iv) a construção de um novo e imponente mosteiro no século XVI provocou um forte impacto no local, não apenas visual mas também pelo recurso a infra-estruturas de apoio dispersas pela área envolvente;
- v) dentro dos limites da cerca do mosteiro seriam construídas casas e oficinas para servir os frades e a criadagem, que se mantiveram em funções até ao terramoto de 1755, após o qual o espaço seria convertido em uma área recreativa e ajardinada até aos séculos XIX/XX.

Através da Arqueologia foram identificados os diversos testemunhos destas ocupações e construções, contribuindo não apenas para a reconstituição do quotidiano monástico, mas também para a memória da vivência das populações locais desta destacada área da cidade de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

BOA-MORTE, Inácio de Nossa Senhora da (1761) – *Chronica do Insigne e Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Cónegos Regulares de Santo Agostinho*. [Manuscrito da Livraria 468 – Torre do Tombo].

CUNHA, Rodrigo da (1642) – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Vol. I-II. Lisboa.

GALVÃO, Duarte (1906) – *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, vol. II. Lisboa: Escriptorio.

SANTA MARIA, Nicolao de (1668) – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Vol. I-VII. Lisboa: Officina Joam da Costa.

S/ Autor (1538) – *Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente dos conegos regrantes da hordem do aurelio doctor sctõ Augustinho e a cidade de Lixboa*. Coimbra: Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Estudos

CASTILHO, Júlio de (1936) – *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, Vol. VII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CUNHA, Armando Santinho; FERREIRA, F. E. Rodrigues (1998) – *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Hugin.

FERREIRA, F. E. Rodrigues (1994) – “A escavação arqueológica da botica” in Basso, M. P.; Neto, J. M. (coord.) *A botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias (pp. 26-32).

FERREIRA, F. E. Rodrigues (1995) – O cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora. *Monumentos*, 2. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (pp. 8-13).

FERREIRA, F. E. Rodrigues (2001) – Os silos medievais de S. Vicente de Fora. *Arqueologia e História*, 53. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (pp. 49-66).

FERREIRA, F. E. Rodrigues (coord.) (2008) – *Causas de Morte de D. João VI*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

FERREIRA, F. E. Rodrigues (2010) – S. Vicente de Fora (o espaço, o tempo, o contexto): Breve Abordagem. *Olisipo – Boletim do Grupo dos Amigos de Lisboa*, 31 – S. II. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa (pp. 17-40).

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1896) – *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, Tomo IX. Lisboa: Typographia Universal.

SILVA, A. Vieira (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. II (2.^a ed.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

